

Introdução

Nas últimas décadas, vem crescendo o interesse de todos os setores políticos e sociais sobre a Economia Solidária². Parte deste interesse deve-se ao fato de termos vivenciado um crescimento dominante da concepção neoliberal, quebrando as estruturas econômicas locais e provocando a desintegração de grande parte da economia dos países pobres - periféricos, provocando o desemprego estrutural (Castel, 1999 & Fiori, 2000). Esse crescimento provoca um dilaceramento da vida dos pobres. Atualmente, duas

ECONOMIA SOLIDÁRIA:

Novas Exigências à Universidade e à Sociedade Brasileira

Paulo Afonso de Araújo Quermes¹

grandes perguntas emergem tendo em vista o domínio dessa estrutura econômica que, no fundo, assola todos os países, com danos maléficos para a grande maioria, pesando mais sobre os pobres. A primeira pergunta que devemos fazer é saber se é ético manter uma estrutura de desenvolvimento econômico que sacrifica grande parte da população mundial. Que sustentabilidade tem este tipo de desenvolvimento?³ A história humana nunca vivenciou um desenvolvimento tão acelerado, com tamanha produção de bens. Existem recursos abundantes, mas os pobres estão segregados, proibidos de ter acesso aos bens econômicos produzidos por essa estrutura econômica.

Outro ponto fundamental que devemos observar, visando buscar lucidez para analisarmos as consequências dessa estrutura econômica, é o surgimento de uma nova proposta econômica - a economia solidária. Precisamos questionar até que ponto essa nova proposta econômica é viável em um mundo marcado pela busca frenética do lucro, gerando profundas exclusões, ou se essa experiência gera uma nova cultura, fundamentada na cooperação e na gestão de uma nova

estrutura política e econômica. Esta experiência pode gerar uma nova sustentabilidade política e econômica ou permanecerá localizada em pequenos grupos e comunidades?

Tais questões fundamentais nos orientam frente à temática da Economia Solidária. Podemos pensar que as experiências de economia solidária, cooperativa reduzem-se a ações localizadas, que cuidam da realidade de grupos isolados. De fato, essas experiências comunitárias surgem do mundo real, concreto, vivido por indivíduos e grupos em diversas regiões do mundo. Porém, sabemos que elas se transformam em um amplo canal de produção e comercialização partilhada, solidária. Elas são portadoras de uma nova cultura econômica? Essas experiências conjunturais são portadoras de uma proposta alternativa que influencie na estrutura econômica do capitalismo atual, transnacional, neoliberal e excludente?

A realidade da economia solidária emergente apresenta demandas ao universo acadêmico, não somente como um espaço para pesquisa e produção do conhecimento, mas como possibilidade de as universidades se aproximarem e optarem por essas experiências, fonte geradora de uma nova cultura econômica. Tendo em vista essa demanda, a Universidade Católica de Brasília (UCB), no ano de 1999, criou uma Incubadora de Cooperativas Populares para atuar e fomentar experiências cooperativas de sobrevivência e produção econômica. O presente artigo analisa o processo de trabalho da Incubadora Tecnológica de Empresas e Cooperativas - ITEC/UCB, verificando se as experiências de economia solidária cooperativas são portadoras de uma nova cultura econômica.

1. Economia solidária: a construção de uma nova cultura econômica e cidadã

Para falar de Economia Solidária torna-se necessário fazer uma retomada de como este projeto se apresenta como alternativa à economia capitalista. Em diversos momentos da história, podemos perceber a construção de projetos econômicos comunitários. A experiência dos primeiros cristãos com a comunitarização dos bens; as propostas elaboradas por

São Bento e pelos mosteiros, propondo o trabalho e a vida em comunhão, mostram que a igreja foi precursora na estruturação de experiências comunitárias. No campo dos projetos políticos, econômicos, comunitários, temos a estruturação do movimento cooperativista, surgido no século XVIII na Inglaterra, como a grande proposta alternativa à forma capitalista de produção econômica. O cooperativismo formulado pelos pobres, trabalhadores e pequenos produtores ingleses cria novas regras e princípios de relações de trabalho, pelos quais a partilha e a cooperação substituem a exploração e o lucro absolutos.

Não é nosso objetivo fazer uma historiografia do desenvolvimento do cooperativismo pelo mundo ou no Brasil. Sabemos que em muitas partes do mundo o cooperativismo manteve-se fiel a seus princípios originários, mas outras experiências - inclusive no Brasil - revelam um distanciamento dos princípios fundadores, e o cooperativismo transformou-se em um grande projeto econômico-capitalista, dominado por alguns sócios. As cooperativas transformaram-se em empresas capitalistas.

O surgimento da Economia Solidária dar-se-á com a reestruturação das proposições capitalistas, elaboradas pelos economistas neoliberais, reestruturando a economia de mercado e as relações de trabalho (Offe, 1981; Fiori, 2000). Enquanto os projetos econômicos neoliberais vão decretando a ampliação dos processos de exclusão nas décadas de 80 e 90, em vários países do mundo presenciamos o surgimento de propostas econômicas comunitárias. As mazelas econômicas e as novas discussões sobre sustentabilidade e desenvolvimento são os elementos

fundamentais que impulsionam o surgimento de projetos alternativos econômicos (Gaiger, 2000 & Singer, 2002). Na gênese desse processo, não se fala de economia solidária, mas em economia alternativa. Em todo o mundo, principalmente, nos países periféricos, vão surgir várias experiências de projetos alternativos. Os movimentos eclesiais, as pastorais sociais, os movimentos organizados da sociedade civil, partidos políticos de esquerda, prefeituras dirigidas por partidos ou frentes populares foram as instituições que estiveram à frente dessas iniciativas e as sustentaram por anos e décadas.

Em se tratando de Economia Solidária, podemos dizer que não há uma conceituação definindo-a. Percebemos que são as ações de economia e projetos alternativos que vão instituindo esse conceito e seus princípios fundadores. Após duas décadas, mesmo que existam milhares de experiências de empreendimentos, ainda nos encontramos em um processo de construção e definição do conceito de economia solidária. Sabemos que este processo poderá demorar alguns anos, porém, hoje, as universidades, as instituições que assessoram projetos de empreendimentos comunitários solidários e os grupos que vivenciam esta prática estão construindo um consenso de que há princípios norteadores desta prática. Esses princípios contrapõem-se à dominação existente na economia capitalista, apresentam uma nova visão econômica em que todos se beneficiam do lucro e propõem uma nova cultura humana, na qual a solidariedade é o fundamento de todas as práticas.⁴ Os projetos ou empreendimentos econômicos solidários são mais que uma ação puramente econômica. Eles representam o

¹ Professor na Universidade Católica de Brasília, Doutorando em Política Social (UnB), Coordenador do Programa de Empreendedorismo Social (UCB).

² Não há uma determinação conceitual aceita por todos os setores da sociedade civil e estatal acerca da terminologia Economia Solidária. Alguns a nomeiam Sócio-Economia Solidária, outros a nomeiam de Economia Solidária Sustentável, outros de Economia Popular Solidária. Apesar das diferentes nomenclaturas, refere-se às experiências econômicas populares insurgentes, que visam a efetivação de uma nova cultura econômica, participativa, solidária, distinta da economia de mercado capitalista.

³ Atualmente, enquanto alguns países do mundo apresentam uma renda per capita anual que ultrapassa a quantia de 25 mil dólares, quase três bilhões de pessoas que vivem nos países pobres sequer conseguem ter uma renda superior aos 300 dólares anuais. Deve-se questionar os fundamentos éticos deste tipo de desenvolvimento. Se fizessemos uma distribuição de renda equânime, o desenvolvimento alcançado atualmente, provocando uma destruição sem precedente aos bens naturais, teríamos uma renda per capita superior a seis mil dólares anuais.

⁴ Todo o movimento iniciado nos anos sessenta discutindo a sustentabilidade influenciou no surgimento de projetos econômicos solidários.

espaço da produção da vida em toda sua extensão.

Tendo em vista a construção permanente do entendimento do que é Economia Solidária, torna-se importante elencarmos alguns princípios que fundamentam essas experiências em todos os países do mundo. Segundo Gaiger, os fundamentos e princípios são os seguintes: a) **Autogestão** - o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras associados controlam a gestão dos negócios de forma autônoma frente a estruturas e ambientes externos; b) **Democracia** - as decisões são tomadas pelo conjunto dos trabalhadores associados, por meio de instâncias diretivas, livremente formadas e eleitas, assegurando transparência no exercício da direção e fiscalização; c) **Participação** - os processos são participativos. Todos são sujeitos e responsáveis pelo desenvolvimento do empreendimento comunitário. A participação no processo confere lisura nas decisões; d) **Igualitarismo** - os critérios de remuneração pelo trabalho dá-se de forma equitativa, não há discriminação ou peso diferenciado nas decisões. O regime de trabalho é o mesmo para todos; e) **Cooperação** - a responsabilidade é partilhada no processo produtivo. As relações são de confiança e reciprocidade. Há paridade social entre funções de direção e de execução, entre tarefas manuais e intelectuais; f) **Auto-sustentação** - as atividades produtivas geram a viabilidade econômico/financeira do empreendimento, mas esta viabilidade deve ter um comprometimento com o meio ambiente, com novas relações humanas e com a sustentabilidade das gerações futuras; g) **Desenvolvimento Humano** - O empreendimento não deve ser apenas econômico, mas deve desencadear um processo de formação integral, gerando uma nova consciência político/cidadã e nova postura profissional; h) **Responsabilidade social** - este princípio estrutura-se na solidificação de uma ética solidária, comprometida com fundamentos que melhorem as condições econômicas da comunidade, propiciem novas relações econômicas e novas práticas comunitárias, constituindo uma nova cultura.

De fato, como foi observado, não há um conceito estruturado, mas esses princípios orientam novas práticas sociais e econômicas. Cabe refletir se todos

os projetos desenvolvidos obedecem a esses princípios estruturados a partir de práticas concretas, vivenciadas por grupos e comunidades que buscam novas experiências econômicas.

1.1.Economia solidária: o trabalho desenvolvido na Universidade Católica de Brasília

Ao iniciarmos esse pequeno texto, enfatizamos que a realidade da economia solidária traz desafios e demandas ao conjunto da sociedade e à universidade. Em uma sociedade que privilegia o capital, marcada pelo individualismo e pela cultura racionalista, mercadológica, a economia popular solidária é portadora de uma nova experiência econômica, na qual os fundamentos da equidade, da solidariedade, da democracia e da auto-sustentabilidade estão na base de suas propostas e ações cooperativas. Essa experiência anuncia uma nova cultura econômica e cidadã. As universidades, muitas vezes, encontram-se distanciadas da realidade que envolve e fundamenta as experiências da economia solidária. Estudos são formatados, analisam os desafios da economia, tanto em suas dimensões estruturais, quanto conjunturais. O problema crucial que atormenta o conjunto da universidade não está relacionado aos estudos e pesquisas, mas volta-se ao posicionamento da universidade frente à realidade concreta, principalmente, do mundo dos excluídos, berço das experiências da economia solidária. Esse desafio também se coloca para a UCB.

Tendo em vista essa realidade/desafio, a Universidade Católica de Brasília, cuja missão é atuar na formação, pesquisa e extensão, visando à formação integral da pessoa humana e à concretização da cidadania, resolveu criar um programa voltado ao acompanhamento e assessoramento de ações empreendedoras, principalmente ações voltadas à efetivação de experiências de economia solidária. A UCB criou a incubadora de cooperativas populares. Essa incubadora tinha a incumbência de prestar assessoria aos grupos periféricos que circundam a universidade, oportunizando a esses grupos organização e criação de associações, cooperativas. O trabalho teve seu

início com a formação de três cooperativas de trabalho (Cooperativa de Agentes Patrimoniais e Serviços Gerais - Cooperage; Cooperativa de Trabalhadores Autônomos e Serviços Gerais - A Prestativa; Cooperativa de Serviços Gerais - Classe A) que, ao todo, envolvem 400 pessoas. Essas cooperativas encontram-se prestando serviços para a Universidade Católica nas áreas de segurança e serviços gerais.

O fato de termos organizado as pessoas das comunidades interessadas em participar de um projeto econômico, incubado o processo de formação e estruturação das cooperativas, fez com que a temática da economia solidária tomasse corpo na prática extensionista da UCB, transformando-se em uma política institucional. Ao mesmo tempo, essa aproximação obrigou a incubadora a efetivar um programa permanente de acompanhamento das experiências. Por outro lado, a contratação dos serviços das cooperativas tem obrigado a universidade a conviver com empresas prestadoras de serviços com fundamentos e práticas diferenciados, empresas que têm a democracia como fator fundante de sua gestão. Essa prática tem trazido desafios e possibilidade de entendimento da realidade das empresas cooperativas por vários setores da universidade.

Não nos é possível descrever e analisar detalhadamente esse processo. Para os objetivos deste texto, apresentaremos as visões mais explícitas desse processo, que envolvem a universidade e as cooperativas. Após o primeiro ano de trabalho da incubadora de cooperativas populares, a UCB criou o programa de Empreendedorismo Social, fazendo com que a incubadora também atendesse ao ramo empresarial. O programa criado tem a incumbência de trabalhar com as áreas de incubação, formação para a cidadania, pesquisa sobre políticas públicas e atuação em direitos humanos - criou-se um centro de defesa dos direitos

humanos no programa. O setor de incubação logra êxitos significativos.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas e Empresas - ITEC/UCB⁵ tem acompanhado outras experiências de formação de cooperativas populares, mas, nesse momento, apontaremos os elementos centrais percebidos na relação: as três cooperativas que prestam serviços para a UCB.

Cooperados e cooperativas

O primeiro elemento percebido pela equipe da ITEC é que a pertença a um grupo econômico propicia aos indivíduos um reencontro da dignidade. Mesmo que existam dificuldades para vender seus serviços, desafios na construção de propostas de serviços, o grupo mantém a esperança. Há uma partilha permanente. Testemunhamos casos em que cooperados que quase nada tinham faziam cotas para que outros participassem das reuniões da diretoria, ou mesmo assistiam associados que se encontravam em situações de maior exclusão.

Outro elemento volta-se à cultura. Mesmo que haja um sentido amplo de pertença a um projeto comunitário, a cultura autoritária se revela. Percebemos duas faces dessa cultura: a) a primeira face revela-se na dificuldade em exercitar a democracia. Há uma percepção de que a opinião pessoal deve ser aceita por todos, a construção do consenso é desgastante. As propostas individuais devem ter prioridade; b) a outra face está relacionada ao princípio da autogestão. A empresa é comunitária, todos são donos. Essa concepção/fundamento tem possibilitado uma compreensão errônea. Quem é dono não aceita ser coordenado ou mandado, mesmo que os gestores responsáveis estejam amparados em decisões democráticas partilhadas. Muitos conflitos surgem no cotidiano das cooperativas por causa dessa concepção.

⁵ A ITEC está inserida no Programa de Empreendedorismo Social - PES. O programa de Empreendedorismo Social da Universidade Católica de Brasília insere-se e fundamenta-se na missão dessa instituição, que visa a formação e o desenvolvimento integral da pessoa humana. A UCB, por meio desse programa, quer desenvolver uma cultura empreendedora em todas as instâncias e atividades da universidade. A UCB entende o Empreendedorismo Social como um processo que visa desenvolver uma cultura empreendedora, fundamentada na responsabilidade social, na formação integral da pessoa humana e na cidadania ativa. O Empreendedorismo Social, assim percebido, traz o enfoque da cidadania para o centro da discussão sobre o desenvolvimento econômico, tanto individual quanto coletivo. Partilhar de uma visão empreendedora significa comprometer-se com a equidade social.

Outro elemento percebido e muito importante está relacionado ao planejamento e à cultura oral. Mesmo com o acompanhamento da incubadora, há uma resistência em planejar as atividades. Isso ocasiona perda de contratos ou dificuldade no cumprimento dos mesmos. Se há dificuldade em planejar, também há o excesso da cultura oral. Apresentam dificuldades em registrar os processos vivenciados, o que ocasiona fofocas e dificuldade de representação frente a outras instituições.

Um fator crucial que está dificultando o trabalho das cooperativas é a falta de financiamento. O governo faz tantas exigências que impede o acesso aos recursos. Mesmo com a assessoria da ITEC na elaboração de projetos e apresentação das propostas nos bancos públicos, não há liberação de recursos. Para que as empresas cooperadas tivessem condições de atuar como prestadoras de serviços na UCB, a própria universidade financiou a estruturação das cooperativas, praticando juros inferiores àqueles utilizados pelo governo para os programas de crédito popular.

Incubadora e Universidade

No que tange à opção da universidade, um fator importante a ser observado volta-se à própria decisão de reconhecer a importância das experiências de economia solidária, fazendo com que a UCB se aproximasse e atuasse nesse universo. A UCB aceitou o desafio de atuar no campo da ecosol ⁶ à medida que organizou um programa institucional para trabalhar com essa experiência. A consolidação desse programa foi a institucionalização da Incubadora Tecnológica de Cooperativas e Empresas - ITEC/UCB. Conforme enfatizamos em outra parte do texto, a formação integral da pessoa humana, a cidadania ativa e sobrevivência sustentável dos grupos excluídos impulsionaram a opção institucional. Em 2002, completam-se três anos de experiência da ITEC, mas a realidade da ecosol

representa um desafio, tanto no acompanhamento cotidiano, quanto na administração dos contratos.

Outro aspecto a ser observado refere-se a um aprendizado mútuo para as cooperativas e para a universidade. Diz respeito à administração dos contratos. Do lado das cooperativas muitas vezes impera o improviso, enquanto que do lado da universidade, por parte de alguns setores, impera a desconfiança na capacidade de trabalho e no gerenciamento. Esses desafios permanecem e são acompanhados no cotidiano pela incubadora. Porém, os resultados são muito positivos. A UCB, dentro do processo de reestruturação gerencial, teve que terceirizar alguns serviços. Empresas foram contratadas para prestar serviços à instituição. A reitoria optou pelo trabalho cooperativado. As empresas deixaram a instituição. Hoje, apesar dos desafios e aprendizados mútuos, os resultados econômicos são significativos. A universidade tem reduzido os custos de forma significativa, em algumas áreas, chegando à casa dos 30%. Por outro lado, conforme dados da incubadora, os trabalhadores cooperados, que atuam nas cooperativas que prestam serviços à universidade, estão tendo rendimentos superiores àqueles de quando trabalhavam nas empresas. Esses rendimentos são de 30% a 70% superiores. Torna-se importante ressaltar que as cooperativas que prestam serviços para a UCB e aquelas que são incubadas pela ITEC/UCB são cooperativas que respeitam as normativas do cooperativismo e que atuam diferentemente das cooperfraudes ⁷ tão presentes na realidade brasileira. A ITEC zela para que os princípios sejam mantidos e respeitados.

Outro elemento importante vivenciado é o papel da incubadora. A ITEC tem como princípio respeitar os processos democráticos e autogestionários vividos pelas cooperativas, mas ela intervém em situações extremas, buscando manter os princípios e o equilíbrio da gestão.

⁶ Terminologia presente nas falas dos movimentos sociais que indica a experiência da economia solidária.

⁷ Terminologia definida por Paul Singer (2000/2002). São as cooperativas criadas para ludibriarem o governo, o sistema fiscal e manipular os trabalhadores e elas associados.

Conclusão

No início desta exposição, enfatizamos que a Economia Solidária nos questiona sobre o tipo de desenvolvimento que estamos vivenciando e nos impulsiona a novas posturas político/econômicas. No decorrer deste trabalho tivemos a oportunidade de apresentar os princípios fundadores desta nova experiência econômica e a experiência que vem sendo efetivada pela Universidade Católica de Brasília, por meio de sua incubadora de cooperativas e empresas. Esses princípios e experiência cotidiana da ITEC nos indicam algumas conclusões frente à realidade que envolve a economia solidária:

a) o questionamento ético feito ao atual sistema econômico produzido pelas experiências de Economia Solidária é pertinente, mostra que a discussão centrada somente na evolução do crescimento econômico apresenta-se como uma falácia, ou seja, nunca houve crescimento tão exponencial, mas a exclusão e a miséria também crescem da mesma forma. Neste sistema não há salvação para os pobres;

b) hoje, o que percebemos é que as experiências de Economia Solidária crescem em todo o mundo. Elas ainda encontram-se desarticuladas. Neste momento, seria imaturo dizermos que elas se apresentam como um modelo econômico que tenha condições de substituir o capitalismo atual. Porém, podemos perceber que elas geram novas formas de relações humanas, econômicas. Um novo jeito de produzir a vida, no qual o lucro não é centralidade - mesmo que ele seja importante para a sustentabilidade do projeto, o centro é o ser humano. Devemos manter a “utopia” de que no futuro teremos uma nova forma de estrutura econômica, um novo modelo. Para que isso aconteça, devemos solidificar a “topia”, fortalecer as experiências concretas hoje existentes, para que no futuro tornem-se um novo modelo alternativo e se efetive. Acreditamos nesta postura e pensamos que devemos investir nela (Singer, 2002; Sousa Santos, 2002);

c) enfatizamos que a participação em uma experiência de economia solidária ou empreendimento solidário requer uma nova cultura, uma metanóia (mudança de mentalidade). Podemos perceber com clareza que os projetos econômicos alavancados pelo estado não têm produzido uma nova cultura, mas têm cultivado a manutenção da dependência. O acesso ao crédito tem representado uma esmola, uma forma de dominação para os pobres. Percebemos no Brasil que existem experiências exitosas de economia solidária no seio do estado, mas essas experiências localizam-se onde os governantes apresentam propostas de governo democráticas e populares; as pessoas são sujeitos dos processos históricos. Nesse caso, também há uma opção dos governantes pelo projeto da ecosol;

d) por fim, podemos concluir que o maior volume de experiências significativas de Economia Solidária estão localizadas junto às instituições de igreja/pastorais e movimentos sociais, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), nas universidades, por meio de suas incubadoras de cooperativas populares ou nos grupos de estudo da ecosol. Nas diversas experiências que conhecemos e assessoramos, detectamos uma opção comunitária muito grande. A participação na experiência representa uma conversão efetiva. Neste sentido, enfatizamos que este ambiente é propício para gestar e fortalecer experiências de Economia Solidária. Torna-se importante que as experiências das universidades, dos movimentos eclesiais, do movimento social, assumam e solidifiquem os princípios fundadores deste novo jeito de viver e produzir a sustentabilidade econômica. As Instituições de Ensino Superior (IES) devem perceber a importância dessas experiências na sobrevivência dos grupos populares e no resgate da cidadania. A experiência da UCB tem se revelado como um grande espaço de aprendizado, tanto para a universidade quanto para os grupos que são apoiados pela ITEC/UCB.

Bibliografia

- ANDERSON, Perry - Balanço do neoliberalismo, in.: In SADER, Emir e GENTIL, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, (s. d.).
- BUARQUE, Cristovam. O Colapso da modernidade. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- . O que é apartação. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1998.
- DEMO. Participação é conquista. São Paulo: Ed. Cortez, 1988.
- . Pobreza política. Campinas, SP: Autores Associados, 1994.
- DRAIBE, Sônia. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas de políticas públicas, in.: Políticas sociais e organização do trabalho, Vol. 4, IPEA/IPLAN, março, Brasília, DF, 1990.
- FAORO, Raimundo. Existe pensamento político no Brasil? São Paulo: Ed. Tempo Brasileiro, 1995.
- FIORI, José Luís. Os moedeiros falsos. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1996.
- . O Estado morreu. Viva o Estado!, Artigo Publicado no Correio Braziliense, 6 de agosto, 2000.
- GAIGER, Luiz Inácio. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul, in Singer e Souza (orgs). Economia solidária no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2000.
- HOBBSBAWM, Eric. A era dos extremos: o breve século XX (1914 - 1991). São Paulo: Ed. Campanhia das Letras, 1994.
- KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco & COSTA, Beatriz (Orgs). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes/Capina/UCSAL/CESE, 2000.
- OFFE, Claus. Capitalismo desorganizado. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- . Problemas estruturais do estado capitalista. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro (BTU 79), 1981.
- . Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”, (Volume 1 - A crise). Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro (BTU 89), 1989.
- . Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do trabalho”, (Volume 2 - Perspectivas). Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro (BTU 89), 1989.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista, Coleção: reinventar a emancipação Social. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.
- SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil, in.; SOUSA SANTOS (Org). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista, Coleção: reinventar a emancipação Social. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.